

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Herbert Victor Levy — Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy — Vice-Presidente

Paulo Roberto Ferreira Levy
Henrique Alves de Araújo
Roberto de Souza Ayres
Delacir Mazzini
Benjamin Constant Correa Junior

GAZETA MERCANTIL

30 MAI 1995

TERÇA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 1995

Economia - Brasil Tranquilidade na condução da economia

Mesmo que este mês não tenha chegado ao fim, as notícias de que o déficit acumulado na balança comercial desde o dia 2 de maio já atingiu US\$ 800 milhões reacenderam a controvérsia sobre a política de comércio exterior de modo geral e, particularmente, a política cambial. O debate é válido, mas há alguns aspectos que não vêm sendo convenientemente ressaltados, tanto do lado das importações quanto das exportações.

A evidência é de que a greve dos petroleiros foi cuidadosamente programada para ocorrer em um momento em que se discutiam as reformas constitucionais no Congresso e em que a introdução do real já estava próxima de completar onze meses, o que naturalmente torna mais urgente a discussão sobre as medidas a serem tomadas quando a nova moeda completar um ano. E mais do que isso: os orientadores do movimento grevista não ignoravam as consequências que poderiam advir para a conta de comércio em um momento delicado, em vista dos sucessivos déficits que vem apresentando desde os últimos meses do ano passado.

Vimos que a aprovação das emendas constitucionais não foi afetada pela greve e, se o foi, a paralisação agiu em sentido contrário ao convencer parlamentares, empresários e cidadãos comuns da inconveniência da manutenção dos monopólios, não só sob o ponto de vista econômico como também político-social. Quanto ao real, a sua força foi demonstrada, de forma eloquente, pela não adesão à greve dos petroleiros por outras categorias, não gerando, como

esperavam os dirigentes sindicais, um “efeito dominó”. E, com discernimento, o governo prepara o seu projeto de desindexação, a ser apresentado ainda neste mês, e que se caracterizará, como disse o ministro do Planejamento, José Serra, por não acarretar quebra de contratos.

Restou a balança comercial. Não se conhecem os números exatos, mas pode-se afirmar com segurança que o excesso nas importações de petróleo afetou muito mais o resultado previsto do que geralmente se pensa. Fala-se que as compras adicionais de petróleo neste mês somaram US\$ 250 milhões. Ora, como sabem todos os que acompanham o movimento de nosso comércio exterior, os valores das importações de petróleo variam muito ao longo do ano e, dada a existência de bons estoques, há meses em que a Petrobrás importa quantidades mínimas. Isso poderia ocorrer em maio, favorecendo a balança comercial. Verificou-se o contrário, podendo-se supor que o peso dessas importações no mês teria sido bastante superior ao que o valor das compras de emergência indicaria.

Há ainda os remanescentes do “boom” de aquisição de veículos no exterior, incentivado pelo próprio governo em determinada fase e que as autoridades viram-se depois na obrigação de acabar, através da imposição de elevadas barreiras alfandegárias. Os portos estão com os pátios cheios de veículos importados (só nos terminais do Espírito Santo há 72 mil carros estrangeiros parados). Aí ocorre um efeito perverso.

Toda vez que se desconfia que a balança comercial poderá apresentar déficit — e a importação excepcional de petróleo alimentou essa suspeita —, uma quantidade maior de automóveis importados é internada no País, significando dispêndio cambial.

O raciocínio não é o de que o governo vai aumentar as tarifas sobre automóveis importados, o que só acontecerá muito gradualmente e dentro dos compromissos internacionais firmados pelo País. Imagina-se que, com um novo déficit na balança, o real será desvalorizado, tornando, então, vantajosa a efetivação da importação.

Por quanto tempo o governo terá que conviver com essa ameaça, deixando que uma nuvem importadora paira sobre os nossos portos, não sabemos. É possível que medidas possam ser tomadas para resolver essa questão. Mas o mais importante é que as vendas externas não vêm perdendo o ritmo, como mostra o valor relativo ao câmbio contratado para a exportação, que, de 2 a 26 de maio, somou nada menos do que US\$ 4,282 bilhões, superando em US\$ 1,136 bilhão os fechamentos para importação no período (US\$ 3,146 bilhões). E, para acelerar esse ritmo, novos incentivos à exportação, que ainda suporta uma pesada carga tributária, já estão em estudo.

Isso nos leva a crer que, normalizado o abastecimento de petróleo, a balança comercial voltará a apresentar robustos superávits. Tendo plena consciência disso, a equipe econômica deverá continuar agindo com paciência e tranquilidade.